



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 25**

Sessão Ordinária de Dezembro

3.ª Reunião de 28-12-2006

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal José Carlos Carvalho Pedroso na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Joaquim Manuel da Silva Marques, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Armando Manuel Dinis Vieira, Danilo Jorge Almeida, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, Júlio Vasconcelos Oliveira, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, António Bastos Marques Rodrigues, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Júlio Campos Soares, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Vasco Manuel Dias Lopes, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, João António Fernandes Pedroso, Manuel Vieira dos Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins (saiu às 23:00 horas), Margarida Dias Ferreira (saiu às 24:00 horas) e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 22:30 horas).

Nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Presidente da Mesa Regina Maria Pinto Fonseca Ramos Bastos, e dos Vogais Paulo Jorge Barreto Marques Maia, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, João Pedro Simões Dias e António Manuel de Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Vasco Manuel Dias Lopes, José Carlos Carvalho Pedroso, António Bastos Marques Rodrigues, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, António Mário da Fonseca Neto, José António Tavares Vieira, e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião por Danilo Jorge Almeida, Júlio Vasconcelos Oliveira e Júlio Campos Soares, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>02</sup>

Vogal João Barbosa (PS) <sup>03</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>04</sup>

Presidente da Mesa em exercício <sup>05</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>06</sup>

Presidente da Mesa em exercício <sup>07</sup>

(Entrou na sala o Vogal Vítor Manuel da Silva Martins)

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) <sup>08</sup>

*“Quería fazer um ponto de ordem e pedir um esclarecimento à Mesa. Eu como deputado e representante do povo que me elegeram, - e não só o que me elegeram, mas todos os que foram votar, porque me sinto nessa responsabilidade, não quero assumir o risco de estar aqui durante três ou quatro horas a discutir assuntos que são do maior interesse para o município de Aveiro, correndo o risco desta sessão ser transformada em “zero”. E eu recuso-me a gastar o dinheiro dos munícipes neste sentido; ou se esclarece a situação de vez, suspendem-se os trabalhos, adie-se as sessões, agora continuar assim é que não, é brincar com o dinheiro do povo. Eu recuso-me!*

*Devo dizer o seguinte: «Na sequência da intervenção do deputado da bancada do PS, Dr. Raúl Martins, que levanta a suspeita da constituição desta reunião desta Assembleia sem precisar os termos quer de facto quer de forma de tal ilicitude, e na sequência da posição assumida pela Mesa desta Assembleia em continuar com os trabalhos, mesmo perante tais suspeitas. Tomando em atenção que esta mesma reunião poderá carecer de legalidade e não pactuando com tal situação, nem aceitando que esta gave suspeita passe ao de leve, declaro que, em protesto pela atitude, comportamento, qual Pilatos do deputado acima referenciado, bem como da ligeireza com que a Mesa encarou este incidente, me retiro desta reunião.»*

(Saiu da sala o Vogal Joaquim Manuel Silva Marques)

#### **PONTO 2. CARTA EDUCATIVA PARA O MUNICÍPIO DE AVEIRO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 18/12/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

O Presidente da Câmara delegou no Vereador Pedro Ferreira, a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário. <sup>09</sup>

Intervieram neste ponto:

## Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>09</sup>

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) <sup>010</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) <sup>011</sup>

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>012</sup>

*“Sobre a apresentação deste documento à esta Assembleia, nada de especial há a registar para além do cumprimento deste requisito com o atraso de todos conhecido. Depois de mais ou menos alegadas reuniões com esta e aquela entidade, o documento que nos é apresentado é na sua essência o que o anterior executivo deixou.*

*Gostava no entanto de tecer algumas considerações de fundo sobre este assunto e chamar a atenção deste executivo que não deve entender a aprovação deste documento como o fim de um processo, antes apenas o início.*

*As responsabilidades dos municípios em matéria de educação e desenvolvimento local serão cada vez maiores e ultrapassarão em larga escala a dimensão e tipologia das infraestruturas escolares.*

*A perspetivação de uma política educativa local, que é disso que precisamos, não se pode circunscrever à actuação da rede escolar clássica, mas antes, deve resultar de um processo mobilizador e que envolva autarquias, famílias, juntas de freguesia, instituições escolares, mas também outras instituições locais como as de saúde ou segurança pública, por exemplo, associações, museus, empresas, etc. num processo de interacção e colaboração contínua. Há experiências interessantes no país neste domínio.*

*Nas localidades, A educação é a sua substância, e a sua promessa de futuro, é a sua capacidade de reagir positivamente aos desafios da sociedade, do mundo, do fenómeno da globalização, das incertezas do futuro e por isso deve encarada como uma prioridade fundamental.*

*Nos últimos meses tem estado no país a decorrer um Debate Nacional sobre Educação. Houve diversos municípios que tomaram a iniciativa de se associarem a este debate para reflectirem a educação no seu contexto local.*

*Mais uma vez foi uma pena que este executivo não tenha aproveitado este barco durante o seu processo de conclusão da carta educativa e tivesse ido mais longe, pensasse no futuro não apenas das nossas crianças e jovens mas de todos nós, porque a educação não é um processo que cesse na escola, no liceu ou na universidade, acompanha-nos vida fora. Sobretudo numa sociedade e num mundo cada vez mais exigente e competitivo.*

*Neste sentido, esta carta é apenas um pequeno, pequeníssimo degrau da escada que tem que ser percorrida em Aveiro nesta matéria.*

*Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente que medidas está a tomar:*

*- como se articula a rede escolar prevista com a política de desenvolvimento urbano e de transportes públicos locais?*

*- que medidas está a tomar para que este documento constitua de facto um instrumento dinâmico que monitorize continuamente as transformações sociais e a evolução da educação, com o intuito de contribuir para a delineação da oferta educativa do concelho?*

*- que medidas está a tomar para que este documento constitua de facto o início de um processo que perspetive a formulação de uma verdadeira de política local de educação de Aveiro?”*

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>013</sup>

*“Antes de mais queria agradecer à D. Anabela (funcionária da autarquia), a preocupação que teve em nos dar uma explicação bastante completa do documento em causa.*

*Depois Senhor Presidente, eu queria-me dirigir à Câmara através de V/ Ex.a, e gostava de saber se este estudo foi feito por este executivo ou se foi feito pelo executivo anterior. Sabendo nós que vai haver extinções, acoplamentos e a criação de novos estabelecimentos, pergunto se a câmara está preparada para facultar todos os equipamentos indispensáveis ao bom funcionamento, depois de toda esta reestruturação?*

*Por último, queria perguntar ao executivo ou à Câmara quais são as garantias que vão ter as crianças e os pais no transporte dos educandos, quando se tiverem de deslocar para outros sítios mais distantes dos habituais, ou seja, das suas residências?”*

Vogal António Rodrigues (PS)<sup>014</sup>

Vogal Carlos Martins (CDS/PP)<sup>015</sup>

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>016</sup>

*“Da leitura que fazemos da Carta Educativa, bem como da apresentação aqui esplanada, somos a concluir estar perante um documento estratégico sério, ponderado, resultado da boa cooperação entre as entidades que constituem o Conselho Municipal de Educação de Aveiro.*

*Este executivo soube levar a bom porto este dossier essencial, que estabelece a política educativa configurando as estratégias basilares orientadoras para os próximos oito anos, relevando-se a utilização, organização e gestão dos recursos existentes e, bem assim, do parque escolar a reformular e a construir. O processo apresenta-se como um ponto de partida e, portanto, pretende-se que evolutivo e dinâmico; um instrumento de planeamento e gestão permanente e integrada desses mesmos recursos, agregando aos equipamentos escolares outros equipamentos de carácter social e colectivo.*

*Consta no parecer final do Conselho Municipal de Educação de Aveiro, entre várias considerações, a constatação de que “a proposta apresentada é positiva revelando a preocupação da autarquia com as escolas do concelho sendo urgente criar melhores e mais condições”.*

*O investimento necessário para concretizar a Carta Educativa é avultado, ascendendo a 25 milhões de euros. Sabemos que o Sr. Vereador do Pelouro da Educação, Pedro Ferreira, que exemplarmente liderou este dossier, aventa a possibilidade de recorrer a parcerias com privados para a construção das novas escolas e conseqüente manutenção do edificado. Este modelo estratégico que pressupõe, necessariamente, a supervisão da Câmara Municipal de Aveiro permitirá acelerar a construção das escolas e alterar o modelo de gestão do parque escolar.*

*O modelo em referência será, de facto, uma opção importante considerando que esta autarquia “não tem dinheiro nem para mandar cantar o cego”.*

*A carta educativa foi votada por unanimidade em reunião de Câmara. Reflexo, portanto, da sua relevância e, ainda, do facto de ser um bom documento estratégico. Por tal razão não entendemos as críticas lançadas pela vereação da oposição, que dias antes teceu considerações devastadoras ao documento e aos procedimentos e depois vota favoravelmente.*

*Sabemos bem que a Carta educativa foi iniciada no tempo da gestão desastrosa do PS, mas sabemos também que não soube ou não quis terminá-la.*

*Sr. Presidente, o documento em causa e que aqui coloca à consideração desta Assembleia merece indubitavelmente o nosso voto favorável.”*

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) <sup>017</sup>  
Vogal Raúl Martins (PS) <sup>018</sup>  
Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>019</sup>  
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>020</sup>  
Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) <sup>021</sup>  
Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>022</sup>  
Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) <sup>023</sup>  
Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) <sup>024</sup>  
Vogal Alexandre Caleiro (PPD/PSD) <sup>025</sup>  
Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>026</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>027</sup>

*“Antes do Dr. Pedro Ferreira, prestar os esclarecimentos solicitados pelos senhores deputados, permita-me uma palavra justa oportuna, necessária e incontornável de agradecimento a todos quantos nestes cinco anos no nosso município trabalharam, para que hoje aqui este documento tivesse sido apresentado.*

*O município de Aveiro está, - e expressa aqui publicamente a sua gratidão a todos esses elementos, nomeadamente aquelas pessoas que lideraram esse processo, ao Dr. Manuel Rodrigues, à Dr.a Marília Martins e ao Dr. Pedro Ferreira; à sua equipa e a todos os que trabalharam; aos técnicos, à Dr.a Anabela Saraiva e à sua equipa também; aos funcionários, aos departamentos da câmara, - isto foi um trabalho como se percebe naturalmente e é escusado de referi-lo, um trabalho de muita gente, de muitas equipas a trabalhar. Às juntas de freguesias, pelo entusiasmo e pelo carinho que colocaram neste assunto, neste processo, também. Aos diferentes agrupamentos, escolas, a todos estamos muitos gratos.*

*Este é um trabalho intenso, um trabalho participado, que hoje aqui foi apresentado para a Assembleia analisar, discutir e de seguida votar.*

*Este trabalho lança desafios que teremos que vencer nos próximos anos. Assumimos agora todos essa responsabilidade. Como foi dito aqui há pouco e bem, o processo não acaba hoje, o processo começa hoje.*

*Permitam-me só que termine com um pensamento também, que diz assim: - a educação é cara (?), experimentem o custo da ignorância!”*

Vereador Pedro Ferreira <sup>028</sup>

*“Em relação a algumas questões que foram colocadas; em relação ao Sr. Armando Vieira, - transportes – e julgo que foi uma questão colocada por vários deputados, obviamente que nós sabemos que tem alguns custos em termos de deslocação a transferência de crianças para outras escolas que nalguns casos são mais longínquas, do seu local de residência, mas obviamente que nós faremos um esforço em termos de transportes, para que essas crianças tenham transportes.*

*Também está previsto em termos governamentais, algumas verbas para apoiar essas deslocações. Estamos ainda à espera dos decretos de lei que regulem esse transporte.*

*Em relação à questão das Quintãs dizer o seguinte: - a questão das Quintas e a questão da Quinta do Picado em Aveiro, são duas questões que nós deixámos em aberto, para os censos 2001. Exactamente porque pretendemos um documento dinâmico, são duas áreas que estão em crescimento populacional, apesar de neste momento em termos de censos não se justificarem a existência daqueles equipamentos, - pelo menos tecnicamente em termos daquilo que foi definido por nós.*

*Aquilo que nós vamos fazer e até pela continuidade do processo de construção dos novos centros educativos, é que em 2011, assim que estiverem a ser deslocalizados as outras crianças,*

*se nessa altura se justificar, a manutenção e ou a criação de um espaço para agregar aquelas duas localidades, nós manteremos ou faremos um novo centro educativo, das duas localidades. Se não justificar, as crianças, - tal como inicialmente estava previsto, irão para o centro educativo de Oliveirinha (e julgo que respondi à questão).*

*Em relação ao Presidente Fernando Marques, a EBI da Glória, - depois das reuniões que tivemos e obrigado por ter referido que de facto tivemos muitas reuniões, e é bom que algumas pessoas percebam isso, que de facto houve muitas reuniões para percebermos todos os entendimentos e todos os parceiros perceberem aquilo que se entendia.*

*A escola EBI da Glória, como também foi referido mais tarde, tem problemas estruturais, não é só os sanitários, não é só a falta de biblioteca, nem é só a falta de uma cantina em condições; é também a questão das salas de aula com problemas de canalização, é a questão das janelas em guilhotina, que não devem ser utilizadas nas EBI's, etc, etc, aquilo que vai ser feito, é a manutenção do numero de salas, mas a construção de equipamentos, - os tais equipamentos complementares que estão definidos e que a Dr.a Anabela aqui expôs.*

*Em relação à Deputada Teresa Fidélis; - “não começaram muito bem, as alegadas reuniões” – eu “alegadas”, presumo que seja alguma coisa diferente daquilo que eu penso, porque as reuniões existiram; - e queria dizer-lhe o seguinte: é obvio que este é um documento dinâmico, exactamente por isso, colocámos a reavaliação em 2011; o próprio documento, as definições pelo ministério obrigam à reavaliação das cartas educativas de cinco em cinco anos. Obviamente, que é algo que nós não percebemos, porque este documento tem que integrar o PDM, e o PDM é revisto de dez em dez anos, com continuidade no tempo, mas nós temos essa previsão. Além disso, nós dentro do concelho municipal de educação, a todo o tempo iremos sempre propondo novas medidas e medidas diferentes, aliás porque como disseram e bem (vários deputados), este documento não se pretende que seja só uma carta que diga onde é que são os edifícios; pretende-se mais coisas.*

*Medidas para o inicio de um processo educativo diferente. Não é só a carta educativa que tem sido tomada, têm sido feitas várias coisas, - nós temos orgulho de ter o máximo de actividades extra curriculares que é possível. Temos orgulho de ser dos municípios que conseguiu fazer isso; temos orgulho na maneira como a educação está a trabalhar em Aveiro; - obviamente com algumas dificuldades e é bom que elas existam, porque nós temos sempre lugar para melhorar.*

*Deputado António Rodrigues: sector publico, sector privado. A carta educativa analisou isso, para a constituição, apesar de nós nos debruçarmos sobre a construção de novos equipamentos ou dos equipamentos a requalificar, que sejam do sector publico, - obviamente que contamos com os alunos que estão nos sectores privados, nos vários graus de ensino.*

*Aprendizagem ao longo da vida está definida, - são as chamadas novas oportunidades, quer para jovens, quer para os mais idosos, - idosos(?) não se entendam só a terceira idade nas toda a gente.*

*Em relação às questões de higiene e segurança, nós temos trabalhado com uma nutricionista, até por causa da questão das cantinas, das refeições escolares e para além disso estamos a desenvolver com as corporações de bombeiros, planos de saída de emergência das escolas, que é algo que não existia e que nós estamos a trabalhar (- houve alguns simulacros das escolas já).*

*Carlos Martins: a questão do financiamento. Falarei sobre isso no final.*

*Novas tecnologias, respondendo também à questão que colocou o Alexandre Caleiro. O nosso objectivo nestas novas escolas, será sempre atingir e há uma meta que é complicada, mas é aquilo que se pretende; - pelo menos na EBI, atingir um rácio de um computador por aluno (quando for possível obviamente, trabalharemos para isso). Aquilo que se pretende, e aquilo que julgamos que é o futuro, é as crianças de facto terem um computador na sua mesa, que servirá para os trabalhos de casa, e isto é algo que julgo que acontecerá nos próximos anos, todos percebemos isso; e os quadros interactivos, temos apostado nisso, já os temos nalgumas*

escolas, pelo menos um quadro por agrupamento, e pretendemos alargar também os quadros interactivos.

Paulo Anes, obrigado pela questão da proposta positiva; a questão dos vinte e cinco milhões é bom que se explique, que não é só a construção, ou a aquisição de terrenos, mas também o equipamento das escolas, - como há pouco falámos.

Casimiro Calafate, a questão do Rio Novo do Príncipe, a Dr.a Anabela explicou que como é uma zona de crescimento, mas será sempre na zona onde está a escola.

A escola da Quinta, adaptação, como sabe e está definida na carta como uma das prioridades deste executivo, o ensino profissional.

Deputado Raúl Martins, retirei a questão do documento dinâmico, julgo que todos temos essa percepção, - tem que ser claramente um documento dinâmico.

Quanto a apostar na educação, julgo que passado duas a três semanas, este executivo deliberou a adjudicação do jardim-de-infância das Barrocas, julgo que foi um primeiro marco; será sempre uma aposta na educação. A questão da EBI da Gloria, é uma questão em concreto, eu tinha dado a minha palavra como é óbvio, e espero cumpri-la; ainda não acabaram as férias do natal, mas a questão deve-se obviamente a questões técnicas do empreiteiro que vai realizar a obra. É uma prioridade para mim, e eu conheço bem aquela escola e sei quais são os problemas dos sanitários; aquilo que foi feito com a associação de pais, era um trabalho que estava a ser bem conduzido, mas infelizmente as coisas nem sempre correm como nós queremos; - mas que é para fazer os sanitários é, e isso é uma garantia. Tenho pena que a professora tenha ido primeiro para um blogue antes de falar comigo, - mas isso são outras questões. Tenho pena também que não tenha falado dos arranjos dos telhados na Presa (por exemplo); ou na construção de novos pisos em Nossa senhora de Fátima, etc, etc, etc. A questão das bibliotecas, tenho-lhe a dizer que infelizmente, nós propusemos várias: a questão das Quintas..., infelizmente tenho-lhe a dizer que o governo só nos autorizou a crescermos mais uma biblioteca escolar, nós queríamos bem mais; mas também há restrições da parte governamental.

Miguel Fernandes, sobre as parcerias falarei no fim.

Pedro Pires da Rosa, catorze meses, é catorze meses dentro deste processo; eu julgo que não foram perdidos, mas isso só o tempo o dirá.

Jorge Nascimento falou também da questão temporal, não foi só deste executivo...

O Deputado do PCP, - “agentes educativos que não foram ouvidos”; quer dizer, ou nos acusam de nós falarmos demais com as pessoas ou não percebo; porque com toda a gente nós falámos, lhe garanto.

Reservas: a questão da privatização do ensino. Não é possível a privatização do ensino, pelo menos deste nível de ensino pelas câmaras municipais.

O número de alunos, a demografia foi considerada na carta; não se destroem escolas, criam-se novos centros educativos, - isso é uma ideia que eu queria que não passasse porque não é verdade.

A política de proximidade. Nós temos muita política de proximidade, a questão é que nem sempre essa política de proximidade se coaduna com o sucesso escolar das crianças, - e isto está demonstrado.

Rocha de Almeida, obrigado pela definição “documento importante para Aveiro”.

Alexandre Caleiro, a questão da definição da sociedade civil, eu falarei isso quando falar nas parcerias público/privadas, do modelo e dessas coisas todas.

Ensino de inglês, não tem havido problemas, bem pelo contrário, tem corrido bem pelo menos da parte das instituições que os estão a dar. Nós fizemos um trabalho em rede no agrupamento de Aveiro, fizemos um trabalho com a coordenação da ACEAV e dos restante agrupamentos, e correu bem em todos. Há aqui uma questão de verbas a transferir do estado para nós, e de nós

*depois para os agrupamentos e para as entidades, mas isso é algo que não nos cabe a nós, cabe ao governo definir.*

*Jorge Afonso, ainda bem que falou, que é sempre bom todos terem oportunidade de falar. A estratégia para a ilitracia aposta na formação profissional e nas novas oportunidades, sem dúvida. E julgo que em breve teremos aí grandes coisas a sair. Os edifícios desactivados, é algo que teremos que ver com o tempo o que é que se poderá fazer, - sabemos que há juntas interessadas, centros culturais etc., teremos que ver isso bem.*

*A questão da existência de parcerias público/privados, e eu já disse isto na comunicação social, já falei isto em várias situações, e não me vou alongar muito mas vou-vos dizer isto: o modelo de gestão das escolas actual, esta a levar-nos à conclusão que nós temos um parque escolar cada vez mais degradado. Temos várias entidades a entrevir nas escolas, desde a câmara obviamente, a própria DREC, que manda definições de como é que nós podemos fazer as coisas, as associações de pais como vimos. Os agrupamentos, os quais têm protocolados algumas competências pela câmara, as próprias juntas de freguesia. Apesar do bom empenho de todas as entidades, a verdade é que o parque escolar tem-se vindo a degradar aos poucos, e nós temos noção de que isto não está a correr como se calhar foi pensado inicialmente. E não é só o parque escolar das autarquias, julgo que também o estatal não está nas melhores condições. Nós tivemos uma reunião na EB 2,3 de S. Bernardo e na verdade é um edifício que terá dez anos, - julgo que não fugirá muito disso, tem todos os tijolos já à mostra (quando chove já se vê os tijolos). Portanto, mostra claramente que os parques escolares não têm tido o tratamento devido, e aquilo que nós pretendemos é se calhar nós pensarmos aqui em algo que permita a gestão integrada de todo este edificado, e que permita dar se calhar, melhores condições e por mais tempo.*

*Obviamente e fazendo aqui um bocadinho apelo aquilo que disse o Alexandre, em relação à questão da sociedade civil, o próprio governo está a definir novas metas para as próprias universidades, gestão das universidades; o modelo apostará sempre muito cada vez mais na intervenção da sociedade civil. Quem somos nós para decidirmos tudo (?), e nós temos falado muito com os parceiros, a nível do concelho municipal, exactamente para definirmos o modelo. Não estamos a definir que vai ser uma empresa que constrói, mantém isso tudo, nós queremos é um modelo diferente porque achamos que este não está a correr tão bem como toda a gente desejava. E por isso nós decidimos lançar este apelo, em sede do concelho municipal de educação, para as pessoas pensarem e os vários parceiros e depois falarem connosco. Deixamos este apelo também, para vocês se quiserem continuar a discussão, podemos falar um bocadinho sobre isto, ou pensarem e depois fazerem-me chegar essas informações à câmara, porque nós não estamos fechados a nenhum tipo de modelo.”*

#### Membro da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>020</sup>

Vogal João Barbosa (PS) <sup>020</sup>

Vogal Orlando Terra Seca (PS) <sup>021</sup>

Presidente da Mesa em exercício <sup>022</sup>

Vogal António Rodrigues (PS) <sup>023</sup>

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) <sup>024</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>025</sup>

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira <sup>026</sup>

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício colocou à votação o ponto n.º 2 - Carta Educativa para Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria com trinta e cinco votos a favor (PSD16+CDS7+PS11+BE1) e um voto contra (PCP1).<sup>037</sup>**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Rodrigues (PS):<sup>038</sup>

*“Votei a favor, mas com uma ressalva, porque dentro deste mecanismo da gestão pública/privada, pode vir a decorrer alguma tentação, de se criar uma nova empresa municipal para a gestão de todos estes procedimentos.*

*Não é que venha daí nenhum mal ao mundo, porque até deviam criar uma empresa municipal, para que fosse avaliada por todo um outro conjunto de concorrências privadas, tendo a gestão municipal no sentido da garantia de que o serviço público pode ser tão bem ou melhor gerido que o privado. Porque é do interesse absoluto de todos que cada um de “per si”, privadamente assuma as melhores condições para aceder ao conhecimento.”*

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP):<sup>039</sup>

*“Apenas gostaria de declarar de facto, não obstante a manutenção de algumas escolas, mesmo os melhoramentos previstos para algumas escolas, o PCP não pode ser favorável ao desaparecimento puro e simples, de trinta e nove escolas, - pelas nossas contas; de facto isto em momento algum pode ser tão linear, tão taxativo.*

*Mais, olhando para a localização no concelho das escolas que desaparecem, não podemos nunca ser favoráveis a esta carta educativa: - daí o nosso voto.”*

Presidente da Mesa em exercício <sup>040</sup>

### **PONTO 3. EMPRÉSTIMO BONIFICADO (INSTITUTO NACIONAL DA HABITAÇÃO).**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 18/12/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

O Presidente da Câmara, delegou no Vereador Pedro Ferreira a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário. <sup>041</sup>

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>042</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>043</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>044</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>045</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>046</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>047</sup>

(Saíram da sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo)

## Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe <sup>648</sup>

*“É com todo o orgulho que verifiquei as intervenções de vossas excelências. Estamos de facto num momento histórico, num momento da reabilitação de políticas da intervenção social neste município, e o principal destino deste empréstimo será a conclusão de uma vintena de casas em Cacia, cujas obras estavam embargadas há demasiado tempo a esta parte, dada a situação de emergência de habitação social, que graça, - infelizmente, no nosso concelho, e vai permitir o iniciar das obras (é nossa convicção), no mês de Janeiro. Trata-se de um bairro que já está de acordo com os novos modelos de habitação social dos tempos actuais, que não vise a existência da habitação social, em termos de grandes bairros e grandes prédios, mas sim de bairros de habitações uni-familiares, bem integradas, na respectiva envolvente e de modo algum a formar um gueto. Também por este novo conceito de habitação social, ao contrário dos anos oitenta, que vigorava outro tipo de modelo de habitação social, o facto de irmos concluir este tipo de circunstancia adequado aos tempos de hoje, no que há habitação social diz respeito, deixa-nos satisfeitos. Tempo de execução da obra(?), ou seja, quando acabar, tenderá de quando iniciar, mas com certeza que para o fim do ano de 2007 estará, se tudo correr conforme o previsto, será entregue essa mesma habitação social.”*

Vereador Pedro Ferreira <sup>649</sup>

*“Em relação às questões colocadas, Pedro Pires da Rosa, o DEPFA BANK começou a trabalhar com o município de Aveiro no executivo anterior, e já foram aprovados empréstimos com esse executivo.*

*Em relação ao valor, de facto, numa mudança de política do banco ele faziam empréstimos mais pequenos.*

*Em relação ao facto de ser a proposta mais favorável; - pode perguntar-me a mim (finanças bancárias...), - a verdade é esta: à data de hoje é a melhor proposta das duas apresentadas. Quanto ao futuro e à questão de adivinhar o futuro, podíamos entrar por muitos caminhos e eu queria-lhe dizer isto: se nós quisermos passar este empréstimo para outra instituição ou para a própria INH, há sempre essa possibilidade. Nesta altura, e face às condições que temos em relação ao empréstimo, é o melhor empréstimo, parece-me a mim.”*

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício colocou à votação o ponto n.º 3 – Empréstimo Bonificado (Instituto Nacional da Habitação), sendo o mesmo aprovado por unanimidade (PSD16+CDS7+PS8+PCP1+BE1).<sup>650</sup>**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiu-se a declaração de voto do vogal:

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) <sup>651</sup>

*“Obviamente que concordamos com este empréstimo e o fim a que se destina é muito nobre e tem que ser prosseguido. O que eu faço aqui e deixo um apelo ao Senhor Presidente da Câmara e aos senhores vereadores, é que se multipliquem mais estes actos, perspectivando resolvermos um problema grave de habitação social (ausência de habitação social), que ainda persiste no concelho de Aveiro, mas também senhor vereador Capão Filipe, - já pode ver comigo, de reabilitação das casas existentes, da construção de anexos em ambiente rural que não existem, e são fundamentais para a qualidade de vida e para o conforto daquelas populações, que nunca foi prosseguido, e é inexplicável.*

*Se a decisão estivesse na minha mão no que diz respeito à freguesia de Oliveirinha, - se a competência fosse minha obviamente que esses anexos já estariam construídos para conforto daquelas famílias, e até para ajuda e apoio à sua economia.”*

Presidente da Mesa em exercício <sup>052</sup>

#### **PONTO 4. OPERAÇÃO DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO PARA O ANO 2007.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 18/12/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

O Presidente da Câmara, delegou no Vereador Pedro Ferreira a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário. <sup>053</sup>

(Reentrou na sala o Vogal Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo)

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>054</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>055</sup>

*“Bem, uma operação de crédito de curto prazo, que se destina a aquisição de parte dos terrenos anexos ao Centro de Saúde Mental de São Bernardo — mas são terrenos rústicos.*

*A primeira coisa que eu gostava de saber é a que é que se destinam estes terrenos? Porque disseram-me, não sei se é verdade se é mentira, que se pretende fazer para lá um Plano para ocupar este terreno rústico com habitação; eu não sei propriamente o que é, mas que está previsto portanto deixar de ser rústico e passar a fazer para lá um plano habitacional.*

*Em segundo lugar dizer que não vou votar a favor deste empréstimo por uma questão muito simples — é uma questão de princípio que nunca na minha vida ultrapassei, quando vi ultrapassar correram sempre mal e que me violenta se eu pessoalmente, se eu o aprovar, que é uma coisa chamada lei do equilíbrio financeiro mínimo.*

*Nunca e isso eu ensino aos meus alunos e se todos os dias estou a marralhar nisso e só tenho visto maus exemplos nas empresas e nas organizações por esse princípio ser corrompido, eu não poderei votar a favor.*

*Esse princípio diz: que todos os activos devem ser cobertos com passivos mais ou menos de igual tempo. Isto é, não há, penso que nenhum membro desta Assembleia que vá comprar um automóvel, que tem que pagar em quatro anos, seis anos, dez anos, que não tem dinheiro e que portanto tem que pagar em prestações, ninguém vai comprar com um empréstimo de um ano! Alguém comprará com um empréstimo de um ano? Um terreno, uma casa, um apartamento!? Alguém comprou uma casa ou o apartamento com um empréstimo de um ano? Ou se compra a pronto (se tem dinheiro) ou se não tem dinheiro se arranja uma fonte de financiamento, semelhante.*

*É obvio que a Câmara não tem esse dinheiro. Aparentemente não tem esse dinheiro, mas pelos vistos para o ano que vem vai ter muito dinheiro. Vai ter cento e noventa e um milhões de euros de receitas! Então, tendo cento e noventa e um milhões de euros de receita, que certamente vão ocorrer durante o ano todo, porque é que vai precisar do empréstimo, se este empréstimo é só para vigorar no próximo ano e ser utilizado no próximo ano? Há aqui uma coisa que não entendo. De qualquer forma digo já, que por questões de princípio, não votarei a favor este empréstimo.*

*O meu avô, a minha avó, sempre me disseram que: “quem compra sem poder, vende sem querer”. E pode ser este o caso a menos que obviamente se vá depois retirar este dinheiro de outras coisas — das Juntas de Freguesia ou de outro sítio qualquer. Obviamente ele não nasce nas árvores e não dá para tudo, como é óbvio.*

*Financiar aquisições de terrenos, com empréstimos de curto prazo, não.”*

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>056</sup>

*“Senhor Presidente, Senhores deputados também muito brevemente para referir dado que conheço, por ser residente em São Bernardo, um bocado a história e a necessidade da aquisição deste terreno. É que com esta aquisição está-se a dar o primeiro passo para a solução do cumprimento de uma promessa feita pelo anterior Presidente da Câmara, que esteve praticamente solucionado, porque na altura e ao tempo o Director do Hospital - Dr. Rui Brito, tinha disponibilizado este terreno para o fim de utilização da Junta de Freguesia de São Bernardo, para instalar as diversas e várias instituições existentes, culturais e recreativas, existentes em São Bernardo. Por razões várias e peripécias um bocado “rocambolescas” não se veio a efectivar a passagem deste terreno para a Junta de Freguesia de São Bernardo.*

*Este é o primeiro passo porque virá a seguir e, portanto, a base de avançar para um empréstimo a curto prazo que é o tempo bastante e necessário para que a Câmara possa realizar, com uma venda de parte do terreno agora adquirido, vir a adquirir a parte das construções onde está aquela capela e todas as instalações que eram do antigo Albergue Distrital.*

*E é lamentável que não tenha sido feito atempadamente esta entrega porque todos nós já vimos, se é que não o conhecemos e não passámos por lá, a situação degradada e a destruição quase completa de instalações que eram de grande importância na altura e que afinal são património do próprio concelho; a doação foi feita para isso e está totalmente degradado.*

*Até ousava aqui propor ao Senhor Presidente, que uma vez que a Câmara já é proprietária de uma parte deste terreno e desta propriedade, chamemos-lhe assim, que pudesse se é que é possível que fosse destacado durante a noite ou um piquete, ou fosse criado um gabinete de piquete ou mesmo uma secção da Polícia Municipal, porque continua a ser degradado, continua a ser delapidado, continua a ser roubado um património que é necessário e importante para o concelho e para a freguesia. De maneira que Senhor Presidente, porque esteve como Presidente de Junta, empenhado, e assistiu às promessas que foram feitas às associações na altura, da sua freguesia, quero cumprimentá-lo e felicitá-lo porque quando teve oportunidade de ser Presidente da Câmara, está a tentar cumprir aquilo que o seu antecessor tinha em princípio prometido e que depois não pôde ou não quis concretizar.”*

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>057</sup>

*“Antes da minha questão propriamente dita e relativamente aquilo que o Senhor Deputado Raúl Martins disse, acerca do “dinheiro estar disponível no orçamento de 2007”. Ora bem, segundo os documentos que nós temos a operação, o prazo disponibilizado, é a primeira semana de Janeiro. Bem nós na primeira semana de Janeiro ainda não temos o Orçamento aprovado, portanto se fizermos as coisas antes do tempo estamos certamente a fazer bem; e isto é uma questão.*

*Segunda questão. Diz-nos aqui nos documentos que estes terrenos são essenciais para a prossecução dos objectivos do município. Penso que todos nós gostaríamos de saber de uma forma enfim, clara, quais são os objectivos do município para estes terrenos.”*

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [058](#)

*“Senhor Presidente irei ser muito breve e só queria fazer a pergunta ao município da razão qual é a intenção de comprar um terreno rústico? É que não dá para entender! Quer dizer, o terreno rústico para que é? Será para cultivar? Ou será para negociar? Também não quero acreditar nisso! Não acredito que a Câmara agora se venha substituir às imobiliárias.*

*Portanto, acho muito estranho sinceramente (o Senhor Vereador Pedro Ferreira está-se a rir, mas isso é grave). Vocês estão aflitos com o dinheiro, mas daí até fazer concorrência às imobiliárias é muito complicado.*

*Depois não é preciso ser economista, basta enfim, ter passado pela banca (por muito tempo, pouco tempo que tenha sido) para qualquer pessoa saber que o empréstimo a curto-prazo quando não é cumprido tem consequências muito graves. Efectivamente, a preocupação manifestada pelo meu camarada Raúl Martins acho que é muito pertinente e, gostaria que o Senhor Vereador, dado ser esse o seu pelouro, justificasse a razão. Primeiro do terreno rústico e segundo como é que se vai desenvencilhar se não conseguir o dinheiro para pagamento à banca deste curto-prazo?”*

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [059](#)

*“Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu queria também subscrever as preocupações dos meus colegas de bancada, atinente às questões do modelo de financiamento. Parece que contém algum risco!*

*Por outro lado tentar também contribuir ou não contribuir, para o agravamento dos problemas de défice da Câmara e de défice de solução de alguns problemas que podem vir a ser acrescidos por esta via. No entanto eu quero aqui assim fazer apelo à memória, e não sei se já foi levantado a cláusula de restrição porventura, existia e existe, na doação de todo este espaço que deu lugar ao Centro de Saúde Mental por parte dos cedentes ao Ministério da Saúde. Porque se bem me recordo, alguns dos problemas que ocorreram durante a negociação entre a Câmara Municipal e o Hospital, que tinha necessidade de alargamento e de realizar o seu Plano Director em espaço que seria objecto de permuta (e este seria um dos eventuais activos do Ministério da Saúde para permutar com a Câmara Municipal), se inviabilizaram por esse efeito. Não sei se porventura se tudo isso já foi entretanto resolvido e acautelado.*

*Esta era a outra questão que eu queria levantar em acrescento às anteriores, porque se parte do equipamento que se adquire resolve o problema do financiamento, isto de facto configura concorrência desleal com as empresas que se dedicam ao desenvolvimento do comércio imobiliário. Disse.”*

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [060](#)

*“Bem, esta questão parece-me bem mais simples do que querem fazer querer. Trata-se portanto de um empréstimo a curtíssimo prazo durante um ano. É obvio que eu não acho que os Senhores Vereadores, e principalmente o Senhor Vereador responsável por pelas finanças seja completamente louco ao ponto de querer fazer um empréstimo a curto prazo sem ter garantias que o pode pagar, porque esses tempos já lá vão felizmente.*

*Agora a questão é que primeiro é obvio que não se pode ter activos diferentes em tempos temporais de validade em relação aos passivos. Mas é óbvio também que quando há situações onde haja possibilidade de arbitragem, e toda a gente sabe que em termos de arbitragem, as oportunidades vão e vêm e cada um tem que as aproveitar, e sempre que há uma oportunidade de arbitragem, essa tem que ser aproveitada e este pode ser claramente um caso desses.*

*Se há uma boa oportunidade de arbitragem para esta Câmara poder realizar ou mais valias ou realizar mais valias sociais, para a população de Aveiro, então não vejo porque não o fazer. Por outro lado, também vejo que os “spread’s” aqui, principalmente o da Caixa Geral de Depósitos não é particularmente elevado, para um empréstimo sem qualquer tipo de garantias; pelo que presumo que dada a troca de informação pública que possa haver ou conhecimento público que possa haver, do intuito deste empréstimo, também presumo que este empréstimo não seja tão descabido, como querem fazer crer.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [661](#)

*“Este terreno, já há muitos anos que devia estar na posse da Câmara Municipal de Aveiro. Não se concretizou essa posse, nós sabemos porque razões, mas se nós aqui aprovarmos, a Assembleia Municipal, uma permuta de terrenos, onde este terreno passava para a posse da Câmara Municipal de Aveiro. Só não passou porque a anterior Câmara não concretizou o negócio que devia ter sido feito, porque também foi apoiado por esta Assembleia, para poder ter sido feito.*

*De maneira que surge agora uma nova oportunidade, porque o Estado quer-se desfazer de um terreno que é importante para o nosso município, é importante para a Freguesia de São Bernardo, é importante para as Associações de São Bernardo, é importante para o desenvolvimento de Aveiro e por isso esta Câmara tem esta oportunidade, agora em final de ano, de poder contrair este empréstimo, para fazer face às despesas em 2006, da aquisição deste terreno, para depois então poder cumprir esta obrigação que é estar na posse deste terreno, para o desenvolvimento da cidade e depois ver qual o melhor destino que lhe vai dar.*

*Há vários destinos que nós já sabemos, um deles é alojar as diferentes associações, da Freguesia de São Bernardo, que é uma promessa que já é antiga. É claro que estando aquele terreno localizado no sítio onde está e de acordo com o plano de urbanização, é claro que é capaz de poder a Câmara realizar ali mais valias. Mas isto, mesmo que a Câmara realize mais valias, não tem nada a ver, mas mesmo nada a ver, com aquilo que eram as intenções e as operações feitas pela anterior Câmara, de realização de mais valias. Não tem nada a ver! Isto aqui é uma operação (até podia dizer: de meninos de coro), - comparadas com outras operações, que nos foram ensinadas pelo anterior Presidente de Câmara!*

*De maneira que, acho que é bom que esta operação de crédito a curto prazo, seja feita e que esta Assembleia autorize e que este terreno possa contribuir também e esta aquisição, para o desenvolvimento sustentado do nosso município.”*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [662](#)

*“São dois segundos e telegráfico; - apenas e só para dizer, que se impõe terminar, se calhar dando os parabéns ao espírito de iniciativa também. Porque esta operação denota, demonstra e evidencia espírito de iniciativa por parte deste executivo.*

*E se por um lado, anteriormente ou antes se exaltava e se enaltecia esse espírito de iniciativa, porque é que não se faz isso agora também? Nós próprios, agora que estamos deste lado temos que o fazer e vamos fazê-lo.*

*Isto é uma operação imobiliária sim senhor, não há que ter vergonha de o dizer, de aquisição de um terreno..., - então comprar um terreno não é uma operação imobiliária? - Obviamente... ahhh ahhh, - olha o espanto! E especulação imobiliária é o “senhor” que está a dizer; especulação imobiliária, nesses campos move-se o senhor se calhar.*

*O que eu estou a dizer é que comprar um terreno é uma operação imobiliária. Basta ir ao dicionário; - que denota espírito de iniciativa por parte desta Câmara e vontade de cumprir aquilo que prometeu. Ponto final e é isso que nós vamos votar favoravelmente.”*

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [663](#)

*“Pronto é só para libertar o Senhor Vereador Pedro Ferreira, porque efectivamente através do deputado do PSD e do deputado do CDS, foi aqui dito que efectivamente é para uma operação imobiliária.*

*O Senhor Deputado Diogo Machado, um homem que gosta de jogar com palavras e que nos manda consultar o dicionário, - e eu não preciso de consultar o dicionário: uma Câmara não tem nada que se meter em negócios imobiliários! – Desculpe oh senhor deputado. Não é preciso ser jurista, não é preciso ser economista, não é preciso ser nada; - uma Câmara não tem nada que se meter em negócios imobiliários.*

*Uma Câmara tem que adquirir terreno no interesse da população, não pode de maneira nenhuma adquirir um terreno e foi aqui dito, portanto pelo menos no espírito, que é para negociar, que é para ganhar dinheiro. A Câmara não tem nada que fazer concorrência aos empreiteiros e aos imobiliários.*

*Portanto o Senhor Vereador fica dispensado também de jogar com palavras e já entendi tudo e eu não entro, nem sou cúmplice de uma situação dessas.*

*Até hoje nunca me meti em negócios escuros, não me vou meter, salvaguardando... - para mim é, é um negócio escuro. Uma Câmara que se mete em negócios imobiliários não é uma Câmara que está a fazer negócio transparente.*

*Que digam aqui para que é: - se é para as associações, para fazer lá casinhas para as associações e para a música e para o futebol, tudo bem.*

*Se é com intenções de especulação, eu não, senhor deputado. É só”*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [664](#)

*“Muito calmamente Senhor Presidente, mas muito calmamente mesmo, porque o Senhor Deputado Terra Seca não se pode enervar, - não se enerve.*

*Eu disse e repito, que isto é uma operação imobiliária. Entenda, - o que eu disse: é uma operação imobiliária (é a compra de um terreno). Está lá escrito, “operação imobiliária”.*

*Foi o que foi dito certamente, na reunião de Câmara, onde esta operação imobiliária foi aprovada por unanimidade; ou seja, o senhor deputado Terra Seca não se mete em negócios escuros, mas os senhores vereadores do partido socialista metem-se em negócios escuros senhor deputado Terra Seca? Eu não acredito nisso. Eu não acredito nisso, nem ninguém se acredita nisso!*

*Por um lado, por outro lado senhor deputado Terra Seca, a Câmara não pode comprar, diz o senhor com essa voz que o caracteriza, não pode entrar num negócio imobiliário? Não está a entrar, está a cumprir uma promessa eleitoral. Mas então o senhor já se esqueceu do plano de pormenor do centro? Eu não ouvi esse “vozeirão” dizer as mesmas coisas aquando da aquisição do plano de pormenor do centro e da célebre operação de “leaseback”. Onde é que estava esse “vozeirão?” Estava fininho como o “outro” não era?”*

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [665](#)

*“Senhor Presidente peço desculpa, é só mais um esclarecimento ao senhor deputado Diogo Machado, para que tudo fique esclarecido.*

*Eu quando disse senhor deputado que era um negócio escuro, com certeza que não é no sentido da palavra, que o senhor está a pensar. Com certeza que a Câmara, com certeza não vão ganhar dinheiro e depois não vão dividir pelos vereadores: - olha, toma lá tu mil contos, toma lá quinhentos, toma lá mais mil..., conforme, digamos a responsabilidade do cargo. Não me acredito nisso.*

*Agora disse e muito bem que era um negócio imobiliário, pronto eu faço de conta que entendi, que o dicionário coitadinho, é muito explícito, mas é imobiliário especulativo. Nisso não, nisso não!”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [66](#)

*“É só um pequeno esclarecimento. Eu penso que o Senhor Presidente o que deve fazer é explicar exactamente a esta Assembleia, - para acabar com estas coisas, para que é que vai ser o terreno. Se vai ser efectivamente, para ser utilizado para a instalação de equipamentos sociais, municipais, enfim autárquicos ou se vai servir para fazer especulação imobiliária. É fundamental que responda a essa questão.”*

### Da Câmara Municipal

*Presidente da Câmara* [67](#)

*“Portanto, como estava a dizer, em relação ao modelo de financiamento o Dr. Pedro Ferreira, com a sua competência habitual, irá responder às questões colocadas. Quanto ao negócio em si tentar ver se consigo ajudar a explicar o que se passa.*

*O Centro de Saúde Mental, quando falamos de Centro de Saúde Mental, estamos a falar de dois terrenos, de dois espaços, de dois imóveis que lá estão.*

*Um espaço que é o espaço designado ou considerado nas Finanças como rural, e refere-se ao terreno que está do lado Sul, um terreno que tem cerca de dezanove mil metros quadrados, que tem sessenta e quatro metros de largura e trezentos metros de profundidade, que em termos de instrumentos de planeamento do PDM está uma parte significativa em equipamento e tem uma parte também como zona de construção. Esse é um terreno.*

*Outro terreno que integra todo aquele conjunto é o terreno que está a Norte, é onde está o edifício. Aquele edifício todo onde está o CAT onde estão essas instalações.*

*Como sabem este é um processo que tem muitos anos, como aqui já foi referido pelo Senhor Prof. Manuel António e muito bem. Quer a Câmara quer a Assembleia Municipal, já há uns anos, aprovaram uma permuta de todo este espaço. E já em Janeiro de 2000, portanto irá fazer sete anos agora em breve, a Câmara Municipal de Aveiro, numa cerimónia pública, assinou compromissos escritos com doze associações para instalar essas associações no tal espaço Norte, no edifício norte, nessa área. E quero aqui ter uma palavra justíssima para uma pessoa que fez tudo para que isso se concretizasse - o Dr. Rui de Brito. Foi uma pessoa que na altura foi excepcional e merece aqui esta referência, este elogio e até esta homenagem. A questão é esta: quando chegámos à Câmara confrontámo-nos com este processo parado, completamente parado. E a forma é, como é que na nossa situação, com a actual situação financeira que nós temos, como é que neste e noutros casos (que a situação tem decorrido com outros casos) como é que nós vamos tentar desenhar este problema? E tivemos diversas reuniões com os responsáveis - que é a Direcção Geral do Património, por este assunto.*

*E dessas reuniões sempre fomos muito claros, muito honestos e dissemos assim: nós não temos dinheiro. Temos que encontrar uma solução para honrar até, aquelas pessoas que há cerca de setenta anos, tiveram o gesto nobre e cívico, de não doar, porque não doaram nada - todos os terrenos que lá estão foram na altura pagos, porque na altura os terrenos como se sabe foram para um albergue. Aquilo era uma fábrica de sabão depois passou para um albergue. Todos foram pagos, embora a preço simbólico.*

*Portanto essa questão da cláusula de reversão, se alguém disse ao senhor Dr. alguma vez que o negócio parou no passado, porque havia cláusulas de reversão nas escrituras dos proprietários, não lhe disse a verdade. Porque a única escritura que estava feita em que a pessoa não recebeu o dinheiro e sem ónus nenhum, foi uma pessoa com família ali de Vilar, e que ficou a PSP, que na altura era a PSP que geria aquele espaço (o albergue), ficou de lhe dar não sei quantos alqueires de milho todos os anos, enquanto fossem vivos. A partir daí, já faleceram (família Reis) portanto não há cláusula de reversão.*

*O problema era este, como é que vamos resolver isto? Está lá aquele espectáculo triste, que nos envergonha a todos, a todos, ninguém fica bem naquela fotografia que lá está — e está lá não sei há quantos anos naquela eternidade. E a solução foi, depois de contactos e de hipóteses todas foi esta: acertarmos o negócio no seu geral, mas nós não temos dinheiro para comprar tudo, como é evidente. então a solução foi esta, acertarmos a compra na totalidade e o negócio pormenorizou-se assim, vamos comprar já a parte sul, que é a parte que tem equipamento e que tem uma zona que é urbanizável, de construção e o Estado assume o compromisso dentro de determinado prazo e nós conseguimos os meios para comprar a outra parte depois, comprando esta, o que iremos fazer: compramo-la, passa para o nosso nome, é registado, e ficamos com aquele espaço que no PDM está como zona de habitação para poder rentabilizar. E ainda com outra questão que só o futuro o dirá, é que em termos de PU há também uma alteração ao uso do solo, mas independentemente do futuro interessa o presente.*

*Portanto a ideia é basicamente esta. Neste terreno que se compra (e isto ficou claro com a Direcção Geral do Património), portanto não foi escondido nada, é assim: a ideia é neste ano que se compre e rentabilizar a parte que é cerca de um terço, mais ou menos desse terreno que é urbanizável, rentabilizar, para conseguir meios, conquistar mais-valias suficientes para uma coisa que é a nossa preocupação central naquele processo. Aquele terreno sul, o que nós pretendemos com isto é assim, é que todo aquele processo seja resolvido, todo, nos dois terrenos sem a Câmara ter um cêntimo de gasto, de prejuízo, nesse negócio.*

*Portanto tentaremos rentabilizar de um lado para depois conquistar o outro espaço, para cumprir aquilo que é um compromisso que a Câmara já assumiu. Quero também ter aqui uma palavra de agradecimento à Direcção Geral do Património, foram pessoas inexecutáveis, quer nesse processo quer noutros processos que virão no futuro aqui à Assembleia, noutros imóveis, que estão aqui por Aveiro e que são do Estado, agradecer e penso que é um bom negócio para todos, porque um negócio só é bom quando é bom para todos.*

*Estou pessoalmente convencido que é bom para a Câmara, estou convencido que é bom para o Estado e estou convencido também que é bom para o nosso concelho, no fundo, no sentido que há mais dinâmicas associativas.”*

Vereador Pedro Ferreira [✉](#)

*“Só duas questões para nos transmitir o seguinte. Primeiro agradecer ao Prof. Raúl Martins e também ao Carlos Martins, as lições económicas que acho que todos aqui aprenderam mais alguma coisa sobre economia, no entanto gostava de dizer o seguinte: neste momento o terreno é da Câmara Municipal. Este empréstimo, como sabem, isto é um investimento, que nós fizemos com meios próprios, no entanto os meses iniciais do ano são sempre mais complicados, toda a gente sabe disso, há receitas que ainda não entraram e portanto são mais complicados.*

*E quer através da venda de terrenos, quer através da Derrama ou do IMI, este empréstimo será pago, obviamente. Por isso é que ele se baseia no Fundo Geral Municipal.*

*Gostava ainda de dizer duas coisas. Houve dois deputados que falaram de “especulação imobiliária”. O Deputado António Rodrigues acabou por explicar que a Câmara não pode fazer especulação imobiliária; mas o Estado já podia fazer. Porque afirmou que aqueles terrenos seriam permutados para o aumento do hospital. Portanto, nós não podemos fazer*

*mais-valias para obter mais-valias sociais daquele edifício, mas o Estado podia fazer para o Hospital.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>069</sup>

Vogal António Rodrigues (PS) <sup>070</sup> - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Senhor Presidente, no sentido de ficar claro, porque todos nós sabemos e porventura eu também estava no Hospital preocupado com esta situação, e ficámos todos muito preocupados porque a permuta, o negócio, não pode ser realizado com manifesto prejuízo da instituição hospital que tinha já dispendido algum dinheiro na realização e até que também com pompa e circunstância fez promover a maqueta de todo o edifício requalificado. Com as deslocações de serviços, uma série de estórias importantes, que iriam ocupar, porque o Hospital iria crescer para as antigas oficinas gerais. O que foi dito e inviabilizou e foi dito precisamente pelo Dr. Rui Brito, quer era ao tempo o Presidente do Conselho de Administração, que a grande dificuldade foi por parte do IPAR de encontrar documentação (toda ela) e quando a encontrou é que levantou essa questão que poderia ser nessa altura ser ultrapassável atendendo a que a permuta se dirigia para o mesmo efeito de Saúde. E é que também, por isso mesmo, o terreno anexo ao edificado era terreno terapêutico, era terreno para a terapia ocupacional dos doentes que se albergavam no Centro de Saúde Mental. Obrigado.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>071</sup>

*“Só dar uma ligeira nota em relação a isto. Eu estive noutras alturas muito por dentro do processo. E só para dar esta informação: a Direcção Geral do Património (e estou a dizer aquilo que li lá, portanto não estou a dizer que me contaram, li) notificou a Câmara no final desse processo todo em que esteve a Câmara, a Assembleia Municipal, em que toda a gente aprovou, informou, solicitou, pediu, rogou, insistiu com a Câmara para ser feita essa permuta, para ser assinada essa permuta — e a permuta não foi assinada e não se concretizou. No fim do processo, com a meta à vista, a Câmara não avançou com o processo, para não dizer mais nada. Esta é a verdade.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>072</sup>

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira <sup>073</sup>

#### Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>074</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>075</sup>

*“Há um dado que penso que ajuda neste processo, é assim. Da própria Direcção Geral de Património foi-nos dito: nós vamos ser extintos a trinta e um de Dezembro, todos estes processos vão transitar depois para o Ministério das Finanças... (ouvem-se vozes) foi agora já encima mesmo, mesmo agora sim. É assim, o processo pode decorrer com normalidade, só que pode obrigar outra vez ao princípio com esta burocracia toda, façam favor paguem o mais depressa possível, tragam o dinheiro depressa, porque levam logo o título e fica o problema*

*resolvido e arruma-se o assunto, e daí essa antecipação. Foi isso que se passou. Não o dissemos na altura porque na altura também não o sabíamos. Foi quando tivemos esse contacto com a DGP que nos informa dessa extinção.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) <sup>076</sup>

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação o ponto n.º 4 – Operação de Crédito de curto prazo para o ano de 2007, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e três votos a favor (PSD16+CDS7), duas abstenções (PCP1+BE1) e nove votos contra (PS9).<sup>077</sup>**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Raúl Martins (PS): <sup>078</sup>

*“Só para dizer, que aquilo que foi aqui trazido e que foi documentado, foi bastante diferente daquilo que foi posteriormente apresentado, e que de facto não é assim que as coisas devem ocorrer, principalmente pelo executivo que diz que não oculta nada a ninguém. Para finalizar, queria dizer que a minha bancada e eu particularmente, não recebemos ainda do Senhor Presidente da Câmara Municipal, os documentos que comprovam a dívida dos 250 milhões de euros.”*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): <sup>079</sup>

*“A bancada do CDS votou a favor este ponto da ordem de trabalhos, porque como dissemos, revela espírito de iniciativa e vontade de cumprir as promessas deste executivo camarário e de outros executivos camarários, que não foram cumpridas por birra e por vontade de não cumprir promessas assumidas cara a cara. (ponto 1). Ponto 2, a bancada do CDS encarará sempre como bem vindas propostas deste teor. Limpas, transparentes e honestamente apresentadas nesta Assembleia.”*

Presidente da Mesa em exercício <sup>079</sup>

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) <sup>080</sup>

#### **PONTO 5. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2007.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20/11/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

O Presidente da Câmara, delegou no Vereador Pedro Ferreira a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira <sup>081</sup>

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>082</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>083</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>084</sup>

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação o ponto n.º 5 – Taxa Municipal do Direito de Passagem, sendo o mesmo aprovado por maioria com trinta e três votos a favor (PSD16+CDS7+PS9+PCPI), e um voto contra (BE1).<sup>085</sup>**

Não houve declarações de voto.

De seguida o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição. Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a terceira reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião que será no dia 08 de Janeiro (3.ª feira) pelas 20:30 horas, e para a qual seguirá convocatória.

Eram 01:00 horas do dia 29 de Dezembro de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)